

Educar para a vida: a Ética como pilar da Educação Profissional

Educating for life: ethics as a pillar of Professional Education

Recebido: 25/09/2024 | **Revisado:**
19/10/2024 | **Aceito:** 25/10/2024 |
Publicado: 11/12/2024

Isabel Cristina Adão Schiavon

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1679-985X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
E-mail: isabel.schiavon@ifsudestemg.edu.br

Lílian do Nascimento

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4053-2891>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
E-mail:
lilian.nascimento@ifsudestemg.edu.br

Isabella Cristina Moraes Campos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8909-264X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
E-mail:
isabella.campos@ifsudestemg.edu.br

Maria das Graças Alves Costa

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2906-3814>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
E-mail: maria.costa@ifsudestemg.edu.br

Como citar: SCHIAVON, L. C. A.; NASCIMENTO, L.; CAMPOS, I. C. M.; COSTA, M. G. A. Educar para a vida: a Ética como pilar da Educação Profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 24, p. 1-12 e17769, dez. 2024. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

Este trabalho investiga a relevância da ética na educação profissional, abordando sua definição, fundamentos teóricos, histórico, papel dos professores, relação professor-aluno, práticas educacionais, políticas institucionais e desafios contemporâneos. O estudo analisa as principais teorias éticas - deontologia, utilitarismo e ética das virtudes - e suas aplicações na educação profissional. São discutidas as mudanças nas políticas educacionais e seus impactos éticos, bem como os dilemas enfrentados pelos professores. Além disso, são sugeridas boas práticas e recomendações para fomentar a ética nas instituições educacionais. A conclusão é que investir na educação ética é essencial para formar profissionais conscientes, responsáveis e preparados para os desafios do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Ética; Educação Profissional; Ética na Educação.

Abstract

This paper delves into the critical role of ethics in professional education, encompassing its definition, theoretical underpinnings, historical context, the role of educators, the teacher-student dynamic, pedagogical practices, institutional policies, and contemporary challenges. The study examines the primary ethical theories — deontology, utilitarianism, and virtue ethics — and their applications in professional education settings. It further explores the evolving landscape of educational policies and their ethical implications, along with the dilemmas faced by educators. Additionally, the paper proposes best practices and recommendations to foster ethical conduct within educational institutions. The overarching conclusion highlights the imperative of investing in ethical education to cultivate conscientious, responsible, and well-prepared professionals for the demands of the modern workplace.

Keywords: Ethics; Professional Education; Ethics in Education.

1 INTRODUÇÃO

A ética, definida como o ramo da filosofia que trata da moralidade, valores e princípios que orientam o comportamento humano em sociedade, é essencial para a coesão e o funcionamento harmonioso da sociedade. Conforme nos diz Figueiredo (2008), a ética busca entender o que é considerado correto ou incorreto, justo ou injusto, e as razões que justificam essas considerações. Nesse viés, Campos e Bertucci (2005) destacam que a ética contribui para a definição de políticas e práticas que consideram os interesses de diversos *stakeholders*, promovendo o bem-estar coletivo e assegurando ações justas e responsáveis.

No contexto educacional, a ética contribui de forma inequívoca na formação de cidadãos responsáveis e conscientes. Segundo La Taille, Souza e Vizioli (2004), a educação ética ajuda a desenvolver a moralidade e os valores dos estudantes, preparando-os para enfrentar dilemas éticos em suas vidas pessoais e profissionais. Loureiro (2023) ressalta a importância de incorporar a ética na paisagem educacional contemporânea, promovendo um diálogo contínuo sobre valores e práticas éticas no ambiente escolar. Para aprofundar a análise, Carvalho (2017) explora a relação entre ética e amizade na obra de Aristóteles, destacando como os conceitos éticos influenciam as relações humanas, um dos instrumentos básicos utilizados no mundo do trabalho, e, portanto, imprescindível na formação profissional. Canaveira (2017) aborda a ética não normativa no pensamento de Mário Sottomayor Cardia, contribuindo para a compreensão de sistemas morais alternativos e suas aplicações no contexto educacional. Este estudo também examina as principais teorias éticas como a deontologia, o utilitarismo e a ética das virtudes, e suas aplicações na educação profissional. A deontologia, ou ética deontológica, enfatiza o cumprimento do dever e a adesão a regras morais, independentemente das consequências (Carmo, 2023; Santos, Gonçalves, 2017). O utilitarismo avalia a moralidade das ações com base em seus resultados, buscando maximizar o bem-estar coletivo (Zappellini, 2017; Máximo, 2015). A ética das virtudes foca no desenvolvimento de virtudes morais como a coragem e a justiça, fundamentais para uma vida plena e eudaimônica (Carmo, 2023; Costa, 2002). Conceitos que necessitam ser mais bem compreendidos, a fim de que se possa definir qual teoria ética melhor se adequa ao perfil profissional que se quer formar.

O presente trabalho explora a evolução do conceito de ética na educação profissional, desde os tempos antigos até os dias atuais, ao mesmo tempo em que analisa as mudanças nas políticas educacionais e suas implicações éticas. Também discute o papel dos professores como modelos éticos, os dilemas éticos enfrentados, a importância da formação contínua e da reflexão ética. Além disso, busca analisar a importância da confidencialidade, privacidade, justiça, equidade, empatia e respeito mútuo na relação professor-aluno. Na sequência, avalia-se a ética nas metodologias de ensino, na avaliação dos alunos e no uso da tecnologia na educação, abordando as normas e códigos de ética nas instituições de educação profissional e a implementação e monitoramento dessas políticas. A seguir, examina-se alguns casos de estudo de dilemas éticos, principais desafios éticos enfrentados atualmente e controvérsias no campo da educação profissional. Por fim, são apontadas algumas boas práticas éticas em instituições educacionais e recomendações para promover a

ética na educação profissional. Portanto, este trabalho visa fornecer uma compreensão abrangente da ética na educação profissional, destacando sua importância para a formação de profissionais competentes e responsáveis, preparados para enfrentar os desafios morais e éticos em suas respectivas áreas.

2 TEORIAS ÉTICAS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As principais teorias éticas que orientam a reflexão sobre a moralidade e o comportamento humano são a deontologia, o utilitarismo e a ética das virtudes. A deontologia, ou ética deontológica, é uma teoria ética que enfatiza o cumprimento do dever e a adesão a regras e princípios morais. Segundo esta teoria, a moralidade de uma ação é determinada pela conformidade com regras ou deveres, independentemente das consequências. Esta abordagem é fortemente associada ao filósofo Immanuel Kant, que argumenta que a moralidade está baseada em imperativos categóricos, ou seja, princípios universais que devem ser seguidos por todos os indivíduos em todas as circunstâncias (Carmo, 2023; Santos, Gonçalves, 2017).

O utilitarismo é uma teoria ética consequencialista que avalia a moralidade das ações com base em seus resultados. A ideia central do utilitarismo é que uma ação é moralmente correta se maximiza o bem-estar ou a felicidade do maior número de pessoas. Os principais defensores desta teoria são Jeremy Bentham e John Stuart Mill, que enfatizaram a importância de considerar as consequências de uma ação ao julgar sua moralidade (Zappelinni, 2017; Máximo, 2015). Por fim, a ética das virtudes é uma abordagem que focaliza o caráter e as virtudes morais do agente, ao invés de regras ou consequências específicas. Originada na filosofia de Aristóteles, esta teoria propõe que a moralidade se baseia no desenvolvimento de virtudes como a coragem, a justiça e a temperança, que capacitam o indivíduo a viver uma vida plena e eudaimônica (Carmo, 2023; Costa, 2002).

A evolução do conceito de ética na educação profissional está intimamente ligada ao desenvolvimento histórico e filosófico da ética em geral. Desde os tempos antigos, a ética tem sido uma área central de estudo na filosofia, começando com os pensadores gregos como Sócrates, Platão e Aristóteles, que discutiam a virtude e o bom caráter como pilares da vida ética (Oliveira, 2012). Na Idade Média, a ética foi profundamente influenciada pela teologia cristã, com foco na moralidade baseada na fé e nas escrituras religiosas. A partir do Renascimento e da Idade Moderna, houve um retorno às bases filosóficas clássicas e o desenvolvimento de novas teorias éticas, como o deontologismo de Immanuel Kant e o utilitarismo de Jeremy Bentham e John Stuart Mill, que passaram a influenciar também o campo da educação (Ramos, 2014). No Brasil, a ética na educação profissional evoluiu com as mudanças sociais, políticas e econômicas. O movimento pela profissionalização da educação ganhou força no século XX, especialmente com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Estes institutos passaram a incorporar princípios éticos em suas práticas educacionais, promovendo não apenas a formação técnica, mas também o desenvolvimento de cidadãos éticos e conscientes (Moura, 2022). A ética na educação tecnológica refere-se aos princípios e valores que orientam o uso responsável e justo

da tecnologia no ambiente educacional. Este campo abrange questões como privacidade, segurança, equidade no acesso à tecnologia e a utilização ética de informações e dados. A incorporação da ética na educação tecnológica é crucial devido ao impacto significativo que a tecnologia tem na sociedade moderna. A UNESCO destaca a importância de desenvolver a inteligência artificial (IA) e outras tecnologias de maneira que respeite as normas e padrões éticos globais, promovendo o desenvolvimento sustentável e beneficiando a humanidade (Barzotto, 2022). No contexto educacional, a ética tecnológica é fundamental para preparar os alunos para lidar com os desafios e oportunidades trazidos pela tecnologia. A formação ética deve incluir o desenvolvimento de competências para o uso crítico e responsável da tecnologia.

Estudos mostram que a formação ética em instituições de educação profissional e tecnológica deve focar na formação integral dos alunos, preparando-os não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade como cidadãos críticos e reflexivos (Nunes; Souza, 2018).

As políticas educacionais têm passado por diversas mudanças ao longo do tempo, cada uma com suas implicações éticas significativas. Nos anos 1990 e 2000, a globalização e a rápida mudança tecnológica levaram a uma reformulação das políticas educacionais, enfatizando a necessidade de preparar os alunos para um mercado de trabalho globalizado e tecnologicamente avançado. Isso incluiu a incorporação de competências éticas no currículo para garantir que os futuros profissionais fossem não apenas tecnicamente proficientes, mas também eticamente responsáveis (Escott, Moraes, 2012). A criação dos Institutos Federais no Brasil exemplifica a integração da ética nas políticas educacionais. Essas instituições foram estabelecidas com o objetivo de oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. As diretrizes éticas dessas instituições incluem a promoção da justiça social, da equidade e da responsabilidade ambiental, refletindo um compromisso com uma formação integral dos alunos (Silva, 2015).

Recentemente, houve um aumento na ênfase em políticas educacionais que promovem a ética digital e a responsabilidade social no contexto de um mundo cada vez mais interconectado e digitalizado. As instituições educacionais são agora desafiadas a educar seus alunos sobre questões éticas relacionadas ao uso da tecnologia, privacidade, segurança e comportamento online, preparando-os para enfrentar os dilemas éticos do século XXI (Menezes, 2023).

Os docentes desempenham um papel fundamental como modelos éticos na educação profissional. Eles são responsáveis por transmitir não apenas conhecimentos técnicos, mas também valores morais e éticos. Ao atuar como modelos de comportamento ético, os professores ajudam a moldar o caráter dos alunos, preparando-os para enfrentar dilemas éticos em suas futuras carreiras. Segundo Fernandes e Valencia (2023), os princípios éticos profissionais dos docentes são essenciais para a formação de um ambiente educativo inclusivo e diverso. Além disso, a promoção de um comportamento ético pelos professores reforça a importância da ética no cotidiano educacional e profissional (Barrios et al., 2011).

Os docentes na educação profissional frequentemente enfrentam dilemas

éticos complexos. Esses dilemas podem envolver questões como a justiça na avaliação dos alunos, a igualdade de tratamento, a confidencialidade e a integridade acadêmica. Segundo Dal Magro et al. (2017), os professores devem lidar com dilemas éticos relacionados à prática contábil, o que exige uma compreensão profunda dos códigos de ética e uma capacidade de aplicar esses princípios em situações reais. Outro desafio significativo é o equilíbrio entre as demandas institucionais e os valores pessoais. Professores muitas vezes precisam tomar decisões que podem entrar em conflito com suas próprias crenças éticas, como políticas institucionais que podem não favorecer todos os alunos igualmente (Bendati, 2019). Além disso, os dilemas éticos podem surgir na interação com colegas e na gestão de conflitos entre estudantes, exigindo dos professores uma postura ética e equilibrada (Finkler et al., 2010). Neste sentido, a formação contínua e a reflexão ética são cruciais para ajudar os docentes a navegar por esses dilemas. A pesquisa de Caetano e Feio (2016) enfatiza a importância da investigação-ação na formação ética dos docentes, promovendo um ambiente de aprendizado contínuo e desenvolvimento profissional.

Por outro lado, a confidencialidade e a privacidade, são princípios fundamentais na relação professor-aluno. Os docentes têm a responsabilidade de proteger as informações pessoais e acadêmicas dos estudantes, garantindo que sejam utilizadas apenas para fins educativos e dentro dos limites éticos estabelecidos. De acordo com Silveira et al. (2008), a confidencialidade deve ser mantida em todas as interações que envolvem informações pessoais dos estudantes, promovendo um ambiente de confiança mútua e respeito. Além disso, a privacidade dos estudantes deve ser respeitada em todos os momentos, assegurando que suas informações não sejam divulgadas sem consentimento adequado (Barrios et al., 2011).

A justiça e a equidade são pilares essenciais na educação, exigindo que os docentes tratem todos os estudantes de maneira justa e imparcial. Isso implica oferecer iguais oportunidades de aprendizado, independentemente das diferenças individuais como gênero, raça, ou condição socioeconômica. Henriques (2018) destaca que a prática da justiça e da equidade na sala de aula envolve a criação de um ambiente inclusivo onde todos os alunos têm acesso às mesmas oportunidades e recursos educacionais. Além disso, a equidade no tratamento dos alunos contribui para um ambiente de aprendizagem mais harmonioso e produtivo, onde cada estudante se sente valorizado e respeitado (Fernández; Valencia, 2023).

A empatia e o respeito mútuo são componentes críticos na construção de uma relação saudável entre professor e aluno. A empatia permite que os professores compreendam e respondam de maneira sensível às necessidades e preocupações dos alunos, promovendo um ambiente de apoio e compreensão. Silva (2019) enfatiza que a prática da empatia no contexto educacional contribui para um ambiente de aprendizagem mais positivo e inclusivo, onde os alunos se sentem compreendidos e valorizados. O respeito mútuo, por sua vez, estabelece uma base de confiança e cooperação, essencial para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos alunos. Conforme discutido por Fernández e Valencia (2023), a promoção do respeito mútuo nas interações diárias entre professores e alunos ajuda a criar um clima de respeito e dignidade que é fundamental para a eficácia do processo educativo.

3 PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM, BOAS PRÁTICAS E A ÉTICA

As metodologias de ensino têm um papel crucial na formação ética dos alunos. As metodologias ativas, como a Aprendizagem Baseada em Projetos (PBL) e a gamificação, incentivam a participação ativa dos estudantes e promovem a reflexão crítica e ética. Masson et al. (2012) destacam que essas metodologias proporcionam uma aprendizagem contextualizada, desenvolvendo competências técnicas e éticas essenciais para a prática profissional. Além disso, a integração de novas tecnologias nas metodologias de ensino amplia o alcance e a eficácia da educação ética, permitindo abordagens mais interativas e envolventes (Gemignani, 2013).

A avaliação no contexto da educação profissional deve ser conduzida com justiça e transparência, refletindo os princípios éticos que se espera que os estudantes desenvolvam. Uma avaliação ética considera as diferentes necessidades e contextos dos estudantes, evitando qualquer forma de discriminação ou injustiça. A pesquisa de Mota (2023) sobre a dinâmica de avaliação no ensino médio, destaca a importância de práticas avaliativas que respeitem a diversidade e promovam a equidade entre os estudantes. Além disso, Godoi e Costa (2023) enfatizam a necessidade de metodologias de avaliação que incorporem a ética como um componente central, garantindo que os alunos não só adquiram conhecimentos técnicos, mas também internalizem valores éticos fundamentais.

O uso de tecnologia na educação, embora ofereça diversas vantagens, também traz consigo desafios éticos. A tecnologia pode facilitar o acesso ao conhecimento e aprimorar as práticas de ensino, mas também levanta preocupações sobre privacidade, equidade e uso responsável. Fernandes et al. (2024) discutem as implicações éticas do uso da IA na educação, destacando a necessidade de garantir que essas tecnologias sejam utilizadas de maneira responsável e justa, evitando a ampliação de desigualdades existentes. Além disso, Araújo et al. (2015) abordam a importância de integrar preocupações éticas nas práticas de ensino que utilizam tecnologias de informação e comunicação, promovendo um uso ético e consciente dessas ferramentas.

As normas e códigos de ética desempenham um papel importante nas instituições de educação profissional. Eles estabelecem diretrizes claras para o comportamento ético de todos os membros da comunidade acadêmica, promovendo um ambiente de integridade, respeito e responsabilidade, fundamentais para o sucesso educativo e profissional. Um exemplo de implementação efetiva de normas éticas é encontrado nas políticas de educação profissional do Instituto Federal do Paraná (Ramos, 2014). Este estudo detalha como as diretrizes éticas são integradas no currículo e nas práticas institucionais, assegurando que os princípios éticos sejam uma parte central da formação dos alunos.

Além disso, a ética e a conformidade são aspectos cruciais nas práticas empresariais e educacionais, como destacado por Mota e Santos. (2016) em suas discussões sobre *compliance*. O autor discute que a implementação de códigos de ética contribui para a criação de um ambiente de confiança e transparência, pilares basilares para a construção de uma cultura institucional sólida e ética. A implementação e o monitoramento das políticas de ética nas instituições de educação

profissional são processos contínuos que requerem comprometimento e vigilância constante. Mendes et al. (2015) descrevem a experiência da administração pública brasileira na implementação do Sistema de Gestão da Ética, destacando a importância de estabelecer mecanismos de controle interno e auditoria para assegurar a conformidade com os padrões éticos estabelecidos.

As instituições devem desenvolver programas de treinamento e sensibilização para garantir que todos os membros da comunidade acadêmica compreendam e respeitem os códigos de ética. Isso inclui a realização de *workshops*, seminários e outras atividades educativas que reforcem a importância da ética no ambiente educacional (Borges et al., 2010). O monitoramento eficaz das políticas de ética também envolve a criação de comitês ou comissões de ética que supervisionem a aplicação das normas e tratem de possíveis infrações. Esses comitês são responsáveis por investigar denúncias, avaliar casos de conduta antiética e implementar medidas corretivas quando necessário. De Fátima (2018) discute como essas comissões podem atuar para promover a transparência e a responsabilidade dentro das instituições educacionais.

Os dilemas éticos são situações nas quais os docentes e gestores devem tomar decisões difíceis que envolvem conflitos de valores. Um estudo de Nunes e Souza (2018) destaca as controvérsias epistemológicas e éticas no campo da educação profissional, discutindo casos em que os educadores enfrentam decisões complexas sobre a implementação de políticas e práticas educativas justas e equitativas. Por exemplo, a questão da inclusão de alunos com necessidades especiais em programas de formação profissional pode criar tensões entre a necessidade de adaptação curricular e a manutenção de padrões de qualidade. Os desafios éticos na educação profissional incluem a necessidade de conciliar a formação técnica com a educação moral e cívica. Freire e Santos Batista (2017) destacam que a falta de políticas públicas coerentes e continuadas dificulta a formação docente adequada, o que, por sua vez, afeta a capacidade dos professores de lidar com questões éticas em sala de aula. Outro desafio significativo é a gestão da diversidade e inclusão, que exige dos educadores uma postura ética firme para garantir que todos os alunos tenham iguais oportunidades de aprendizado, independentemente de suas origens ou condições sociais (Mainardes, 2017).

As controvérsias éticas na educação profissional frequentemente giram em torno da implementação de tecnologias educacionais e da proteção da privacidade dos alunos. Fernandes et al (2024) discutem as implicações éticas do uso de inteligência artificial na educação, alertando para o risco de amplificação das desigualdades existentes e a necessidade de regulamentações que assegurem um uso justo e responsável dessas tecnologias. Além disso, a revisão ética de pesquisas em ciências humanas e sociais pelo Sistema do Conselho Nacional de ética em Pesquisa (CEP), como abordado por Barbosa, Corrales e Silbermann (2014), revela desafios na conformação dos critérios éticos para a proteção dos participantes e a transparência nas práticas de pesquisa.

Por fim, alguns exemplos de boas práticas éticas em instituições educacionais, incluem a implementação de um Código de Ética claro e abrangente, como descrito na Carta Ética da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (Da Educação, 2014), que estabelece diretrizes para a conduta de todos os membros da comunidade

acadêmica.

Outra boa prática é o desenvolvimento de programas de formação contínua para docentes, que enfatizem a importância da ética na prática profissional e ofereçam ferramentas para lidar com dilemas éticos no cotidiano educacional. No estudo de Dal Magro et al. (2017), destaca-se a relevância de programas que capacitam os professores a enfrentar dilemas éticos e a promover uma cultura de ética e responsabilidade nas instituições educacionais.

Para promover a ética na educação profissional, pode-se, por exemplo estabelecer comissões ou conselhos de ética que possam monitorar e avaliar a aplicação dos códigos de ética, além de tratar denúncias de comportamentos antiéticos. Mendes et al. (2015) mostram como a administração pública brasileira implementou com sucesso sistemas de gestão da ética que poderiam ser adaptados para o contexto educacional. De maneira análoga, pode-se pensar também em investir na formação contínua dos professores sobre questões éticas, garantindo que estejam preparados para lidar com dilemas éticos em suas práticas pedagógicas diárias. Por outro lado, é possível também incorporar a ética como uma disciplina obrigatória nos currículos dos cursos profissionais e técnicos. Essa abordagem ajuda a sensibilizar os alunos sobre a importância da ética em suas futuras profissões. Fernandes et al. (2024) discutem a importância de incluir ética e responsabilidade social como componentes centrais dos programas educacionais. Outra possibilidade seria buscar assegurar que os processos de avaliação e de tomada de decisão nas instituições educacionais sejam transparentes e justos. Isso pode incluir a implementação de práticas avaliativas que considerem as necessidades e contextos dos alunos, como sugerido por Mota (2023). Por fim, é possível considerar também a adoção de políticas claras sobre o uso de tecnologias educacionais, garantindo que a privacidade dos alunos seja protegida e que as tecnologias sejam usadas de maneira ética e responsável. Araújo et al. (2015) enfatizam a importância de abordar as implicações éticas do uso da tecnologia na educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo foram apontados trabalhos que evidenciaram como a administração pública brasileira implementou exitosamente sistemas de gestão da ética, os quais poderiam ser adaptados para o contexto educacional, além de se investir na formação contínua dos docentes sobre questões éticas, garantindo que eles estejam preparados para lidar com dilemas éticos em suas práticas pedagógicas diárias. Por outro lado, foi possível também observar a necessidade de incorporar a ética como uma disciplina obrigatória nos currículos dos cursos profissionais e técnicos. Essa nova abordagem ajudaria a sensibilizar os estudantes sobre a relevância da ética em suas futuras profissões. Este artigo também discutiu a importância de incluir ética e responsabilidade social como componentes centrais dos programas educacionais, de maneira a garantir que os processos de avaliação e de tomada de decisão nas instituições educacionais sejam transparentes e justos. Isso poderia ser alcançado através da implementação de práticas avaliativas que considerem as necessidades e contextos individuais de cada estudante. Por último,

frisou-se a necessidade da adoção de políticas claras sobre o uso de tecnologias educacionais, assegurando a proteção da privacidade dos estudantes e o uso ético e responsável dessas ferramentas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses Ferreira et al. O uso de tecnologias educacionais na formação de professores para conteúdos de ética e cidadania: o curso de Especialização semipresencial em “Ética, valores e cidadania na escola”. **International Studies on Law and Education**, v. 19, n. 1, p. 37-46, 2015. Disponível em: <http://www.hottopos.com/isle19/37-46Ulisses.pdf>. Acesso em 20 jan. 2024

BARBOSA, Adriana Silva; CORRALES, Carlos Montero; SILBERMANN, Marcos. Controvérsias sobre a revisão ética de pesquisas em ciências humanas e sociais pelo Sistema CEP/Conep. **Revista Bioética**, v. 22, p. 482-492, 2014.

BARRIOS, Alia et al. Formação continuada do professor: desenvolvendo competências para a promoção do desenvolvimento moral. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 15, p. 90-99, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-8572011000100010>

BARZOTTO, Luciane Cardoso. Recomendação sobre a ética da inteligência artificial da UNESCO e sua aplicação no judiciário. **Revista de direito do trabalho e seguridade social**, São Paulo, v. 48, n. 225, p. 221-241, set./out. 2022.

BORGES, Cândido et al. Comissão de Ética Setorial: os desafios de fazer cumprir a ética na administração pública federal. **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 61, n. 2, p. 137-156. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v61i2.42>

CAETANO, Ana Paula; FEIO, Mariana Areosa. O papel da investigação-ação na formação ética de professores. **Estreia Diálogos**, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 152-175, 2016. <http://hdl.handle.net/10451/32316>

CAMPOS, Taiane LasCasas; BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. Dimensões relevantes para definição de políticas para stakeholders: a perspectiva ética e a racionalidade instrumental. **Organizações & Sociedade**, v. 12, p. 51-64, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302005000300004>

CANAVEIRA, Manuel Filipe. A definição de uma ética não normativa no pensamento do jovem Mário Sottomayor Cardia. **Revista Estudos Filosóficos UFSJ**, n. 11, 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/estudosfilosoficos/article/view/2160>

CARMO, Natacha Nair Alves do. **A necessidade da ética de Aristóteles nas aprendizagens essenciais**. Relatório (Mestrado em ensino de Filosofia no Ensino Secundário — Faculdade de Letras, Universidade do Porto). Porto, Portugal, 2023. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/155226/2/650154.pdf>

CARVALHO, Wallace da Silva Ferreira. Φιλία na ética aristotélica: problema da definição e os tipos de amizade. In.: FERNANDES, A. C.; DALSGOTTO, L. M.; NODARI, P. C. (Orgs.). **Conceitos e problemas éticos**. Educus; RS, 2017.

COSTA, Cláudio F. Razões para o utilitarismo: uma avaliação comparativa de pontos de vista éticos. **Ethic@-An International Journal for Moral Philosophy**, v. 1, n. 2, p. 155-174, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/14591>

DAL MAGRO, Cristian Baú; DE JESUS SILVA, Thiago Bruno; DA SILVA ZONATTO, Vinicius Costa. Como Discentes De Ciências Contábeis Reagem À Dilemas Éticos Da Profissão? **Contabilidade Vista & Revista**, v. 28, n. 3, p. 53-81, 2017.

DE FÁTIMA, Maria do Rosário et al. Atuação do serviço social no processo de gestão e avaliação de políticas e programas sociais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 561-578, 2018.

DA EDUCAÇÃO, Sociedade Portuguesa de Ciências; Ético-Deontológica, Instrumento De Regulação. **Carta ética**. Instrumento de regulação ético-deontológica, 2014.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “história, sociedade e educação no brasil**, v. 9, p. 1492-1508, 2012.

FERNANDES, Allysson Barbosa et al. A ética no uso de inteligência artificial na educação: implicações para professores e estudantes. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 3, p. 346-361, 2024.

FERNÁNDEZ, Paulina Iturbide; VALENCIA, Emma Veronica Santana. Perfil ético dos docentes universitários diante dos desafios da inclusão e da diversidade. **HOLOS**, v. 39, n. 2, p. 1-15, 2023.

FIGUEIREDO, Antonio Macena. Ética: origens e distinção da moral. **Saúde Ética & Justiça**, v. 13, n. 1, p. 1-9, 2008.

FINKLER, Mirelle et al. Formação profissional ética: um compromisso a partir das diretrizes curriculares? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 8, p. 449-462, 2010.

FREIRE, Emerson; SANTOS BATISTA, Sueli Soares dos Tecnologia e formação docente para Educação Profissional e Tecnológica: desafios dos Mestrados

Profissionais em Educação. **Educação**, v. 42, n. 3, p. 669-688, 2017.

GEMIGNANI, Elizabeth Yu Me Yut. Formação de professores e metodologias ativas de ensino-aprendizagem: ensinar para a compreensão. **Fronteiras da Educação**, v. 1, n. 2, 2013.

GODOI, Eron de Oliveira Calado; COSTA, Gilka Paiva Oliveira. Avaliação do ensino de ética no curso médico. **Revista Bioética**, v. 31, p. e2774PT, 2023.

HENRIQUES, Gonçalo Nuno Caieiro. **O que é ser um bom professor? Conceções de alunos e docentes do 1.º CEB**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação, Lisboa, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.21/9570>.

MAINARDES, Jefferson. A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS no. 510/2016. **Educação**, v. 40, n. 2, p. 160-173, 2017.

MASSON, Terezinha Jocelen et al. Metodologia de Ensino: aprendizagem baseada em projetos (pbl). In: **Anais do XL Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia (COBENGE)**, Belém, PA, Brasil, 2012.

MÁXIMO, Mário. Os direitos humanos e a alternativa da ética das virtudes. **Anais de Filosofia Clássica**, v. 9, n. 18, p. 76-106, 2015.

MENDES, Annita Valléria Calmon et al. Gestão da ética: a experiência da administração pública brasileira. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 1, p. 2-8, 2015.

MENEZES, Elano da Silva de. **Ética nos ambientes virtuais no contexto da educação profissional e tecnológica de nível médio**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2023.

MOTA, Camila Marques Andrade; SANTOS, Ticiane Bezerra. **Compliance: tendência mundial na prevenção de riscos e combate à corrupção**, 2016. Disponível em: <http://www.sindcontsp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/6c3ae4b2a41137e6c5e855ed1024246f.pdf>

MOTA, Cinthya Raquel Pimentel. **Avaliação da aprendizagem e ética da responsabilidade no ensino médio: a perspectiva docente na dinâmica de sentidos da teoria e da prática**. Tese de Doutorado (Educação). Repositório UFPB. Universidade Federal da Paraíba, 2023. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26867>

MOURA, Dante Henrique. Trabalho e formação docente na educação profissional. 1. ed. **Coleção Formação Pedagógica**, v. III. Curitiba: IFPR/EAD, 2014. Disponível em:

<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/326/Trabalho%20e%20Formacao%20Docente%20-%20livro%20IFPR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

NUNES, Vinícius Bozzano; SOUZA, Leonardo Lemos de Formação ética na educação profissional, científica e tecnológica. **Educação & Realidade**, v. 43, p. 711-726, 2018.

OLIVEIRA, Antonio Roberto. **Ética profissional**. Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM; 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. **Curitiba: Instituto Federal do Paraná**, v. 5, n. 05, p. 13-24, 2014.

SANTOS, José Manuel.; GONÇALVES, Gisela. Ética da comunicação governamental. **Ética aplicada - Comunicação Social**. Lisboa: Edições, v. 70, 2017.

SILVA, Cintia Souza Dantas da. **História, Legislação e Ética**. Rede e-Tec. UFMT. Cuiabá — MT. 2015.

SILVA, Robson Freitas da. **A formação docente e sua importância para a educação profissional e tecnológica no IFAM-Campus Coari. 2019**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2019.

LA TAILLE, Yves de; SOUZA, Lucimara Silva de; VIZIOLI, Letícia. Ética e educação: uma revisão da literatura educacional de 1990 a 2003. **Educação e pesquisa**, v. 30, p. 91-108, 2004.

LA TAILLE, Yves de; SOUZA, Lucimara Silva de; VIZIOLI, Letícia. A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS nº 510/2016. **Educação**, v. 40, n. 2, p. 160-173, 2017.

ZAPPELINI, Marcello Beckert. **Ética no serviço público: uma introdução**. [Internet]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320585894_Etica_no_Servico_Publico_Um_a_Introducao